

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL¹

PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN DISTANCE EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL SYSTEM

- **Braian Veloso** (UFSCar – braiangarritoveloso@gmail.com)
 - **Daniel Mill** (UFSCar – mill@ead.ufscar.br)

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo precípua analisar aspectos das novas relações de trabalho que permeiam a docência na Educação a Distância. Mais precisamente, a investigação se propõe a analisar os efeitos da flexibilização e do teletrabalho às atividades dos trabalhadores que atuam nos cursos oferecidos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). No que compete à metodologia, optou-se pela triangulação metodológica, a fim de compreender os meandros presentes no fenômeno investigado. Isto é, analisou-se os dados à luz dos métodos qualitativo e quantitativo. Quanto aos procedimentos metodológicos: foram feitas análises documentais a fim de compreender a configuração da docência e alguns elementos que perpassam a seleção de profissionais para atuarem no Sistema UAB; posteriormente, foram aplicados questionários virtuais a docentes que atuam ou já atuaram no âmbito do Sistema UAB; por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas também com estes profissionais. Por meio da pesquisa, inferimos que a flexibilização e o teletrabalho incorrem em precariedades aos docentes. Em muitas experiências, os trabalhadores, sobretudo os docentes-tutores, não possuem vínculo empregatício, recebem baixa remuneração e atuam em regime parcial. Além disso, identificamos que as precariedades fazem com que os profissionais recorram a outras atividades remuneradas como complementação de renda, o que acaba por sobrecarregá-los, fazendo com que, muitas vezes, a atuação na EaD se dê nos momentos que seriam de reprodução.

Palavras-chave: Educação a Distância; Sistema UAB; Trabalho Docente; Precarização.

Abstract:

The main objective of this work is to analyze the new working relationships that permeate teaching work in distance education. More precisely, the research proposes the analysis of the effects of flexibilization and telework in the activities of the workers who work in the courses offered in the Open University of Brazil System (UAB). In what competes the methodology, it was chosen the methodological triangulation, in order to understand the complexities presents in the investigated phenomenon. That is, the analysis of the data was made in light of qualitative and quantitative methods. Regarding methodological procedures: documentary analyzes were done in order to define the configuration of the teaching work and some elements that concerns the selection of professionals to act in the UAB System; was applied virtual questionnaires to

¹ Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

teachers who worked or already worked in the field of the UAB System; finally, semi-structured interviews were carried out with these professionals. Through the research, we infer that the flexibilization and the teleworking affect teachers' work, promoting precarious situations. In many experiences, we have identified that the teachers, especially the teacher-tutors, do not have employment formal relationships, receive low paid, work in partial regime, etc. This results in an up overloading, making the work in Distance Education be carried, often, out at the reproductive times.

Keywords: Distance Education, System UAB; Teaching Work; Precarization.

1. Introdução

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade que tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas. Impulsionada pelos avanços das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), ela tem transformado os processos de ensino-aprendizagem, sendo responsável por mudanças substanciais nos papéis discente e docente. Em relação a este, encontram-se especificidades que expandem a percepção do ensino desenvolvido dentro da sala de aula convencional. Ademais, engendram-se novos perfis, como a tutoria, amplamente utilizada em propostas de EaD como forma de mediar a aprendizagem autônoma desenvolvida pelos estudantes.

Cita-se, ainda, a complexidade no que respeita à organização do trabalho docente. Na EaD, diferentemente da educação presencial, não apenas um, mas vários profissionais se encarregam por um conjunto de atividades que, conjugadas, compõem o processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um trabalho dividido e fragmentado, que compreende múltiplos trabalhadores atuando em consonância. Noutras palavras, a docência na EaD se apresenta em demasia intrincada, possuindo especificidades que a diferenciam daquela realizada na educação presencial.

O trabalho docente, pois, conta com diferentes perfis, como conteudistas, formadores, tutores presenciais e virtuais, dentre outros sujeitos que compõem o coletivo de profissionais. Cada um desses trabalhadores se encarrega de um conjunto específico de atividades, importantes ao processo de ensino-aprendizagem. No entanto, mesmo que suas funções sejam, via de regra, imprescindíveis às variadas propostas de EaD, esses docentes não gozam dos mesmos direitos e das mesmas condições de trabalho. Envolve num intenso processo de precarização, atinente à reestruturação produtiva, a docência na modalidade traz consigo elementos perversos, sob um viés preponderantemente capitalista que, muitas vezes, prioriza a economia dos gastos em detrimento da qualidade. As próprias tecnologias digitais, responsáveis por potencializar a EaD contemporânea, acabam por contribuir na precarização da atividade docente.

Nesse sentido, esta pesquisa enfoca a docência exercida na EaD. Mais especificamente, as experiências realizadas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um dos principais responsáveis pela expansão da modalidade no País. Pretendemos discutir, nestas páginas, o intenso processo de precarização que permeia a docência nos cursos a distância desenvolvidos em instituições públicas, associando-o a tendências amplamente difundidas pela racionalização do trabalho e pela reestruturação

produtiva. Acreditamos que a expansão da EaD deve ser acompanhada de uma abordagem crítica no tocante à condição de trabalho dos profissionais que atuam na modalidade.

Com relação à estrutura do texto, primeiramente são discutidos aspectos teóricos sobre a EaD e o trabalho docente exercido na modalidade. Após isso, tratamos sobre aspectos relacionados às novas relações de trabalho. Posteriormente, apresentamos a metodologia e os procedimentos metodológicos para, em seguida, analisarmos a condição do trabalho docente na EaD. Por fim, estabelecemos algumas considerações finais baseadas nos resultados da pesquisa.

2. Organização do trabalho docente na Educação a Distância

De início, cabe tratar sobre a definição de Educação a Distância. De acordo com Moore e Kearsley (2007), a modalidade pode ser definida pelo aprendizado planejado que ocorre em um lugar diferente do local do ensino, exigindo comunicação por meio de várias tecnologias, técnicas especiais de criação de curso e disposições organizacionais e administrativas especiais. Para Neves (2016), a EaD acontece mediante a separação física entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, estabelecendo uma relação de comunicação e aprendizagem multidirecional. Portanto, a modalidade se caracteriza pela não simultaneidade temporal e espacial dos atores envolvidos (COSTA, 2013).

[...]. Essa não presença no mesmo espaço físico do professor e do aluno obriga a desenvolver metodologias próprias tendo em conta o canal de comunicação que vai ser usado. Apesar dessa separação física e temporal, os participantes não são isolados. Antes estão inseridos numa comunidade com regras, onde se exige responsabilidade individual enquanto membro do grupo. Esta comunidade desenvolve-se, habitualmente, num ambiente virtual de aprendizagem (AVA), desenhado pelo professor onde estão incluídos meios de comunicação síncrona e/ou assíncrona (COSTA, 2013, p. 359).

Para que a aprendizagem ocorra na EaD, são utilizadas diferentes tecnologias e ferramentas, como programas computacionais, livros, CD-ROM e recursos da Internet disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) etc. (MILL, 2012). Assim, entendemos que a modalidade se caracteriza, sobretudo, pela disparidade espacial e temporal entre discentes e docentes. E para que a comunicação entre os diferentes sujeitos seja estabelecida, são utilizadas diferentes tecnologias. De sorte que, na contemporaneidade, estas tecnologias são, preponderantemente, digitais.

Em decorrência de suas especificidades, a EaD tem despertado o interesse dos setores público e privado, como via para ampliar o acesso à educação, especialmente no ensino superior. Neves (2016) assevera que, mesmo diante de tantos desafios, a modalidade pode ser percebida como um processo educativo que tem relação direta com redução das desigualdades, o acesso ao conhecimento a aprendizes que, sob outras circunstâncias, estariam isolados. Compreende-se que as ofertas de EaD, por meio das tecnologias digitais, começam a superar não só os limites geográficos mas também dos países (SANCHO-GIL, 2016). Situação esta que pode constituir uma oportunidade para pessoas com difícil ou impossível acesso a instituições convencionais (SANCHO-GIL, 2016).

No Brasil, a possibilidade de interiorizar e ampliar a oferta de educação superior fez com que em 2006 fosse implementado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ele foi constituído de um modelo em que Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), com atuação regular na modalidade presencial, credenciam-se no MEC e se utilizam de tecnologias digitais para o desenvolvimento e a oferta de cursos a distância (FERREIRA; MILL, 2014). Segundo Ferreira e Mill (2014), diferentemente do que sugere sua nomenclatura, o Sistema UAB não se constitui de uma instituição de caráter “aberto”, ou mesmo “a distância”, mas de um sistema integrado de IPES que ofertam cursos pela modalidade de EaD.

Conquanto tenha ampliado significativamente a oferta de cursos a distância em instituições públicas, o Sistema UAB foi estruturado sob controvérsias. A título de exemplo, Belloni (2013) compreende que a atual política economiza na remuneração e na organização do trabalho docente, um dos pontos mais complexos e fundamentais para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Sob o entendimento de Lapa e Pretto (2010), a disseminação deste Sistema tem padronizado o trabalho docente na EaD, a partir de uma concepção que preconiza uma educação de massa e a redução do trabalho docente.

Para além das precariedades atinentes à docência exercida no âmbito do Sistema UAB, a organização do trabalho docente na EaD, por si só, apresenta-se sobremaneira complexa, quando comparada à educação presencial. Nessa modalidade, por regra, não apenas um, mas vários profissionais se encarregam de um conjunto de atividades que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um trabalho dividido e fragmentado. Como forma de analisar a atuação docente na EaD, Mill (2014) propõe o conceito de polidocência. Para esse autor, este termo refere-se a uma categoria explicativa para analisar a condição docente na EaD, que geralmente é coletiva (MILL, 2014).

Compreendendo múltiplos profissionais, a polidocência não é composta apenas por trabalhadores docentes. “Geralmente, o docente-autor, o docente-formador e os docentes-tutores são tipicamente educadores. Os outros são profissionais que participam da polidocência e influenciam a qualidade do ensino-aprendizagem, mas não são docentes” (MILL, 2014, p. 37). Nesse sentido, à luz das definições de Mill (2014), entende-se que os trabalhadores considerados, de fato, docentes, são:

- **Docente-autor ou docente-conteudista:** Geralmente responsável pela elaboração dos conteúdos e por adequá-los às propostas metodológicas e às tecnologias adotadas no curso. Em experiências mais recentes, tem-se tido o cuidado para que este profissional também seja responsável pela aplicação dos conteúdos por ele elaborados.
- **Docente-formador ou docente-aplicador:** Responsável, por praxe, pelo acompanhamento dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, responsabiliza-se por coordenar as atividades dos docentes-tutores e pela realização de webconferências.
- **Docente-tutor virtual:** Seu papel é corriqueiramente direcionado ao esclarecimento do conteúdo da disciplina, de forma que são, normalmente, especialistas na área da disciplina ou do curso em que atuam. Suas atividades envolvem o acompanhamento dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Atuam, necessariamente, a distância, por meio dos AVAs. São, pois, teletrabalhadores.

- **Docente-tutor presencial:** Suas atividades são balizadas, via de regra, pelo esclarecimento de dúvidas mais generalistas. Atuam nos Polos de Apoio Presencial e se encarregam de auxiliar os demais docentes durante os encontros presenciais. Também se responsabilizam por atividades diversas nos polos, como aplicação de provas, organização de grupos de estudos, dentre outras tarefas que variam de acordo com cada experiência. Salienta-se que, embora sejam considerados importantes à EaD, nem sempre as experiências nessa modalidade contam com a presença dos tutores presenciais.

Vale considerar que as funções, bem como a nomenclatura de cada docente, podem variar em consonância com a experiência de EaD. No entanto, os matizes não descaracterizam a condição que se encontra no cerne do trabalho docente exercido na modalidade. Isto é, a docência na EaD mostra-se dividida e fragmentada, visto que, na maior parte das vezes, seria inviável que apenas um trabalhador desse conta de toda a complexidade que envolve a atuação nos cursos a distância.

Mas, além de ser um trabalho essencialmente coletivo, a docência na EaD compreende outras especificidades. Dentre estas, cita-se a utilização constante das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação que viabilizam a realização de atividades a distância, ou seja, de um teletrabalho. Ademais, as funções na EaD, na forma como estão configuradas no âmbito do Sistema UAB, contribuem para uma precarização do trabalho. Quer dizer que estão presentes características da reestruturação produtiva. Discutiremos, pois, esses aspectos que tangenciam as atividades realizadas no cerne da polidocência no tópico subsequente.

3. A precarização do trabalho na contemporaneidade

Nas palavras de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a despeito dos avanços tecnológicos alcançados em todo o planeta, o mundo da produção continua estruturado e se movendo pela acumulação do capital. De acordo com esses autores:

Seria alentador abordar o trabalho como meio de vida da dignidade humana. Poder divisar o alívio do esforço/sufrimento no trabalho em face dos avanços tecnológicos e do conhecimento científico da humanidade. Contudo, o que se consta no mundo real do trabalho é um distanciamento crescente entre práticas organizacionais e direitos sociais conquistados (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 230).

Nesse sentido, a precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, desdobrando-se em múltiplas faces e dimensões (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010). Dentre estas, salienta-se a flexibilização. Nas palavras de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), mediante a terceirização e a desregulamentação social, produziu-se a desestabilização do mundo do trabalho, que atingiu, primeiramente, os trabalhadores industriais, e depois, todos os assalariados. É por isso que a precarização do emprego e desemprego é estratégica nos processos de reestruturação produtiva, cuja flexibilização se mostra como ponto fulcral das

políticas neoliberais de dominação social (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007 *apud* FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Mas as transformações decorrentes das novas relações de trabalho também apresentam outras facetas. Segundo Silva (1997), no contexto da reestruturação produtiva, o trabalho industrial a domicílio ressurgiu como estratégia do capital para flexibilizar o uso da força de trabalho, juntamente com as estratégias de dispersão espacial da produção, do uso das novas tecnologias e de novas formas de gestão dos processos de trabalho e produção. No tocante ao uso dos avanços tecnológicos, destaca-se um novo tipo de trabalho a domicílio. Neste, trabalhadores atuam de suas próprias casas, dispoindo de equipamentos que os conectam com a empresa ou a outros trabalhadores, podendo processar informações, produzir ideias, projetar objetos, vender e comprar mercadorias (SILVA, 1997). Trata-se do *teletrabalho*, “entendido como atividade profissional exercida a distância, geralmente no domicílio, recorrendo às novas tecnologias telemáticas (internet, e-mail, telefone etc.)” (MILL, 2012, p. 63).

Essas características do trabalho realizado a distância, concernentes à reestruturação produtiva, têm-se desenvolvido acentuadamente na EaD. Por se tratar de uma modalidade em que docentes e discentes situam-se em espaços e tempos díspares, conectados por meio de tecnologias diversas, torna-se propensa a realização do teletrabalho. Ademais, a forma como o Sistema UAB foi constituído, faz com que os teletrabalhadores sejam contratados em caráter precário. Quer dizer que a docência na EaD, aliada às características inerentes à modalidade, apresenta-se enredada nas problemáticas decorrentes da reestruturação produtiva. Sob esse entendimento, Mill (2012) afirma que o trabalho docente na EaD mediada por tecnologias, caracteriza-se como teletrabalho, sujeitando-se a todas as positivities e negatividades dessa forma de atuação.

Não bastassem as perversidades que subjazem o trabalho realizado a distância, a flexibilização também promove uma precarização da atividade docente na EaD. Seduzidos pelas possibilidades de um trabalho mais flexível e realizado remotamente, profissionais acumulam suas funções na modalidade com outras atividades remuneradas. Há, pois, “uma precarização de suas condições de trabalho – especialmente porque essa jornada é aceita, geralmente, como fonte de renda complementar e, por isso, firmada em precários contratados de trabalho (salário baixo ou sobrecarga de atividades, por exemplo)” (MILL, 2012, p. 154).

Portanto, a precarização do trabalho, decorrente da reestruturação produtiva, encontra-se imbricada à docência na EaD, sobretudo em experiências mais recentes, como aquelas desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB. As próprias tecnologias digitais, que perpassam o processo de ensino-aprendizagem nessa modalidade, potencializam as características das novas relações de trabalho. Como exemplo, destacam-se as tecnologias móveis, que permitem o acesso à Internet quase que de qualquer lugar. Ora, na medida em que os profissionais se mantêm conectados ao ambiente virtual e a seus alunos por meio de recursos tecnológicos, é comum que suas atividades também sejam exercidas mediante a utilização de dispositivos móveis. Isso significa que o teletrabalho não mais se limita à residência ou a quaisquer espaços físicos. Ao contrário, ele passa a ser realizado de praticamente qualquer lugar, desde que se possua um *smartphone* ou um *tablet*, por exemplo, com acesso à Internet. Como resultado, diluiu-se a nítida linha que outrora separava os tempos de produção e de reprodução dos profissionais.

Nessa perspectiva, propomos discutir a precarização do trabalho docente na EaD e como ela tem se apresentado nos cursos desenvolvidos no âmbito do Sistema UAB. Acreditamos que a reestruturação produtiva e as perversidades que a subjazem têm que ver com a docência exercida em cursos a distância nas instituições públicas brasileiras. Mas, antes de partirmos à análise dos dados coletados em nossas pesquisas, cabe especificar a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados.

4. Metodologia e procedimentos metodológicos

Esta investigação concerne aos esforços do Grupo Horizonte (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no tocante à compreensão da EaD e seus meandros. Nomeadamente, assenta-se na pesquisa voltada ao trabalho docente exercido nessa modalidade. Trata-se, ainda, de um dos desdobramentos da dissertação de Mestrado desenvolvida pelo autor.

Em relação à metodologia, optamos por analisar os dados à luz dos métodos quantitativo e qualitativo. De acordo com Duarte (2009), a triangulação metodológica diz respeito ao uso de múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação, enquanto a triangulação de dados se refere à coleta de dados a partir de diferentes fontes. Acreditamos que a triangulação é demasiadamente importante à análise do trabalho docente na EaD, haja vista a complexidade presente na docência exercida em cursos nessa modalidade.

Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos envolveram a coleta de dados a partir de diferentes fontes. Especificamente, foram aplicados questionários virtuais a exatamente 677 profissionais docentes que atuam ou já atuaram no âmbito do Sistema UAB. Concomitantemente, foram realizadas análises documentais, a fim de identificar a configuração da docência e outros elementos que constituem as relações de trabalho na EaD, como remuneração, existência ou não de vínculo empregatício entre trabalhadores e universidades, carga horária semanal exigida etc. Posteriormente, com vistas a aprofundar os dados coletados, realizamos entrevistas semiestruturadas com 8 docentes que atuam ou já atuaram no âmbito do Sistema UAB. Estes profissionais foram selecionados mediante as respostas obtidas no questionário virtual, considerando-se sua experiência na EaD.

5. Precarização do trabalho docente na EaD

Dentre os nossos interesses durante a coleta e análise dos dados, foi observar as implicações da flexibilização à docência na EaD. Destarte, indagamos os profissionais, no questionário virtual, sobre a existência de vínculos empregatícios para com a universidade. As estatísticas desse questionamento se encontram na Figura 1.

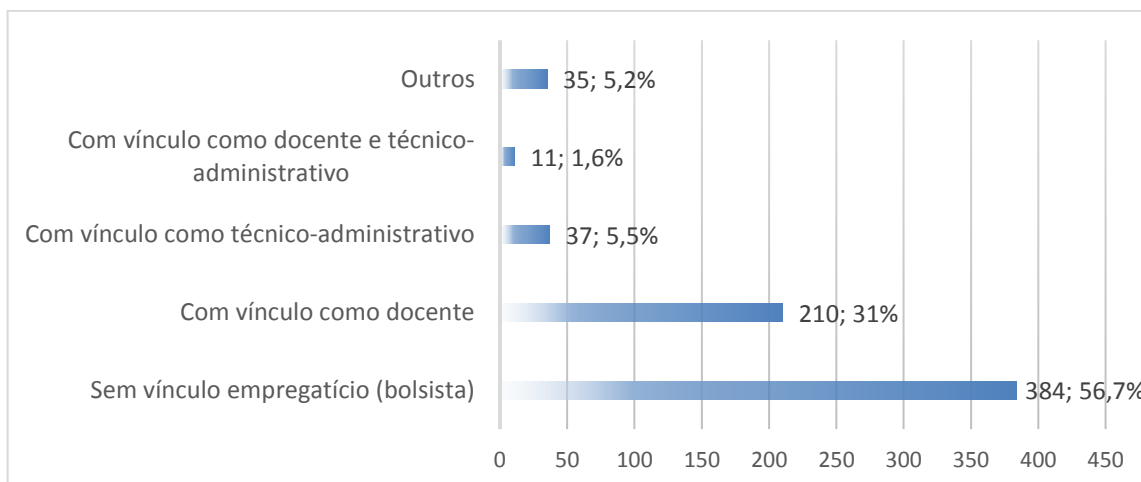


Figura 1. Vínculos entre universidades e docentes.

Fonte: Autoria própria.

Percebe-se que a maior parte dos respondentes, ou seja, 56,7% da amostragem total, afirma não possuir vínculo empregatício em seu trabalho docente na EaD. A flexibilização, pois, desvela-se perversa, porquanto trabalhadores passam a exercer suas atividades sem boa parte das seguranças legais. Noutras palavras, se, por um lado, os docentes podem atuar, muitas vezes, a distância, e conseqüentemente possuem autonomia para – ao menos em tese – gerenciar seu próprio tempo de trabalho, por outro, entende-se que essa flexibilidade acaba por esfacelar os vínculos e a estabilidade, uma vez que os profissionais parecem atuar em regime precário. Com efeito, identificamos, em nossas análises documentais, que os docentes, sobretudo os tutores, são selecionados mediante a concessão de bolsas. Quer dizer que atuam em regime parcial, não possuem vínculo empregatício e recebem uma remuneração, por vezes, abaixo do salário mínimo vigente. Tomando emprestadas as palavras de Lapa e Pretto (2010, p. 89):

[...]. O envolvimento dos docentes universitários nos programas de EaD se dá, portanto, a partir de uma nova figura que se institui na universidade – para fazer frente ao professor-pesquisador, aquele que tem bolsa de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou pelas Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) – a do professor-bolsista, que passa a receber uma complementação salarial por meio do mecanismo de bolsa associado às atividades de extensão e não às atividades de ensino.

Essa fragilidade na relação entre docentes e universidades, como um dos vieses da flexibilização do trabalho, implica noutras situações precárias aos profissionais. Verificamos, durante nossas pesquisas, que a maior parte dos trabalhadores, especialmente os docentes-tutores (virtuais e presenciais), exercem atividade em tempo parcial na EaD. Sob o entendimento de Lorangeira (1997), dentre as características do processo de produção flexível, encontra-se o trabalho em tempo parcial e o trabalho temporário ou subcontratado. De fato, nossos dados evidenciam que a maior parte dos docentes atua em tempo parcial, conforme nos mostra a Figura 2.

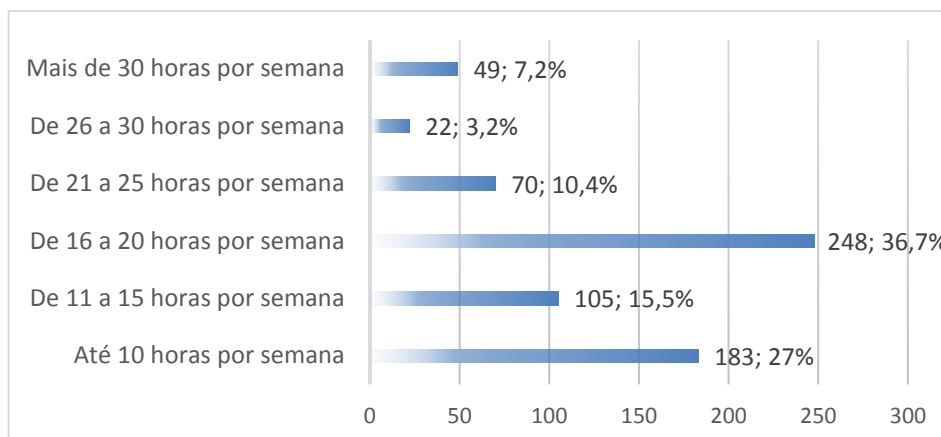


Figura 2. Carga horária semanal dedicada ao trabalho na EaD.

Fonte: Autoria própria.

A partir dos dados supramencionados, depreende-se que a maioria dos participantes do questionário virtual atua até, no máximo, 20h por semana na EaD. As implicações disso são diversas, como baixa remuneração, inexistência de vínculo empregatício – conforme Figura 1 – necessidade de acumular outras atividades como complementação de renda – ou como forma de preencher a carga horária semanal – etc. Para Lapa e Pretto (2010), as cargas horárias dos docentes que atuam nos departamentos das universidades permanecem inalteradas, de forma que a carga horária dedicada à EaD passa a ser computada como extra. Mas essa realidade é diferente com relação aos docentes-tutores (virtuais e presenciais), que na maior parte das experiências não são docentes vinculados à instituição mantenedora dos cursos. Na prática, estes profissionais recorrem, então, a funções diversas a fim de complementar seu salário. Portanto, sejam autores/conteudistas, formadores/aplicadores ou tutores (virtuais ou presenciais), os profissionais docentes, ao se depararem com o trabalho em tempo parcial, mantêm ou recorrem a outras atividades remuneradas, conforme a Figura 3.

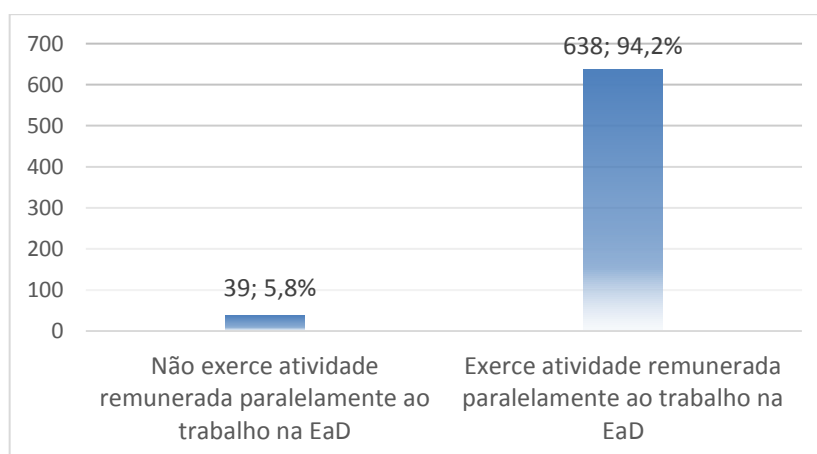


Figura 3. Profissionais que exercem outras atividades remuneradas em paralelo ao trabalho na EaD.

Fonte: Autoria própria.

O acúmulo de outras atividades remuneradas em paralelo à atuação na EaD incorre, por vezes, numa sobrecarga de trabalho. Nas palavras de Mill (2012), dentre as implicações do trabalho precário e da flexibilização está a necessidade de dois ou mais empregos colimando manter um padrão mínimo de qualidade de vida ou simplesmente mitigar a angústia e a insegurança causadas para continuar com o posto de trabalho. Como resultado, ao acumularem duas ou mais funções, ou ao lidarem com as complexidades do trabalho na EaD, os trabalhadores acabam se sobrecarregando. Isso foi identificado durante as entrevistas com docentes que atuam ou já atuaram no âmbito do Sistema UAB.

Eu trabalhei nesses 8 anos [com EaD] em média 60h semanais [somando atividades da educação presencial e da EaD] (docente-formadora/aplicadora A).

Olha, em 2009, quando eu comecei eu trabalhava mais de 20h, porque eu não estava acostumada ainda, então eu lia todo o material, relia. Hoje em dia eu acredito que de 10 a 20h por semana, pra uma turma de 40 alunos eu acho que é suficiente. Tem semana que é bem mais, por exemplo, na semana que vem vou começar a corrigir os trabalhos, então provavelmente vai ser umas 40h² (docente-tutora virtual A).

Então, não tem jeito, é de madrugada, de noite, e com o WhatsApp então é terrível, porque a gente esquece que é 2 da manhã, 3... [...]. Então acontece isso, isso é uma coisa até que eu considero perigosa, né, porque tem que... a gente tem que se organizar, porque, por conta da facilidade, acaba que a gente extrapola e fica trabalhando 24h, então é uma coisa até que eu tenho mais ou menos me vigiado nisso, né, pra não atrapalhar as pessoas, não criar outras demandas, mas assim, não é só aqui no ambiente da universidade não [o trabalho na EaD], é pra todo lado mesmo (docente-formadora/aplicadora B).

Além da sobrecarga no trabalho, decorrente do acúmulo de duas ou mais funções em paralelo à docência na EaD, tem-se perversidades concernentes ao teletrabalho potencializado pelas tecnologias móveis. Durante a fala da docente-formadora/aplicadora B, percebe-se que os dispositivos tecnológicos acabam contribuindo na diluição da linha que separa os tempos de produção e reprodução. O teletrabalho não mais se limita à residência do indivíduo, visto que passa a ser realizado por meio de quaisquer locais, desde que se possua um *smartphone* ou um *tablet*, por exemplo, com acesso à Internet. Há, pois, uma necessidade de saber gerir adequadamente os tempos de trabalho e lazer, descanso, convívio com a família etc. Compreender esse aspecto foi a nossa intenção ao indagarmos os respondentes, no questionário virtual, sobre a interferência do trabalho na EaD nos tempos que seriam de reprodução. As estatísticas se encontram na Figura 4.

² Salienta-se que os editais de seleção para tutores compreendem, via de regra, uma carga horária semanal de 20h. No entanto, a docente afirma que, em dados momentos, chega a atuar 40h por semana na EaD. Isso quer dizer que há uma carga horária que extrapola aquela definida em edital e, por conseguinte, não é computada e remunerada.

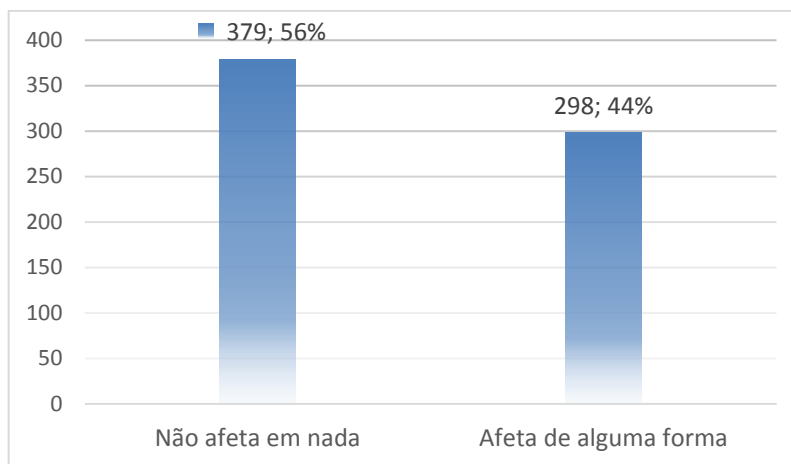


Figura 4. Percepção sobre a interferência do trabalho na EaD em relação aos tempos de reprodução.

Fonte: Autoria própria.

Curiosamente, embora boa parte dos participantes perceba uma interferência do trabalho na EaD em relação aos tempos de reprodução, a maioria, isto é, 56% não percebe essa interferência. Num contexto socioeconômico como o do Brasil, em que a realidade do pleno emprego dá lugar à do não trabalho, juntamente com o poder de sedução das tecnologias digitais capitalistas, não é difícil compreender como os docentes se submetem ao trabalho a distância nas condições precárias como ele tem sido realizado (MILL, 2012). Dessa maneira, ante a precarização que perpassa as relações de trabalho na contemporaneidade em distintos segmentos, aliada à atual crise político-econômica do Brasil, entende-se que pode haver um certo conformismo com as condições perversas que o trabalho na EaD imprime à docência. Isso significa que os trabalhadores não percebem as problemáticas que permeiam seu trabalho, visto que são perversidades amplamente difundidas na sociedade contemporânea, criando certa “naturalidade” à precarização e à sobrecarga daí decorrentes.

Contudo, não desconsideramos que muitos participantes, no questionário virtual e nas entrevistas, afirmaram lidar de maneira adequada e consciente com o teletrabalho e a flexibilidade na EaD. Alguns chegaram a afirmar que, não fosse a modalidade, não teriam condições de exercer atividades docentes³. Também constatamos que a competência em saber lidar com a flexibilização é condição *sine qua non* para que os profissionais possam amenizar as condições do trabalho a distância e flexível. Nesse sentido, muitos dos docentes gostam de trabalhar na EaD e percebem variados benefícios nessa experiência. Por isso, eles entendem que os principais óbices – quando percebidos – constituem-se como mudanças necessárias, e não como motivos para deixar o trabalho na EaD. Em face desses

³ Historicamente, a EaD tem sido aliada a processos de inclusão. Para Moore e Kearsley (2007), já em seus primórdios, a modalidade, quando ainda se utilizava da correspondência, almejava usar da tecnologia para chegar até aqueles que de outro modo não poderiam se beneficiar dela. Na contemporaneidade, a EaD ainda mantém seu papel de incluir os excluídos – mesmo que não se limite a isso. Em nossas análises, parece-nos que isso se aplica, ao menos no âmbito do Sistema UAB, também aos profissionais que nela trabalham, sobretudo os docentes.

depoimentos/resultados, acreditamos que, por certo, o trabalho docente na modalidade pode trazer elementos profícuos aos profissionais – não apenas no ponto de vista como trabalhadores mas também como docentes. Sendo assim, reiteramos que a luta por melhores condições trabalhistas é urgente e necessária. No caso do Sistema UAB, compreendemos que a institucionalização da EaD nas instituições públicas é talvez o melhor – quiçá único – caminho para tais melhorias.

Considerações finais

A Educação a Distância possui especificidades que incidem sobre o trabalho docente exercido na modalidade. Na EaD, não apenas um, mas vários profissionais são responsáveis pelas atividades que compõem o ensino-aprendizagem. Trata-se de um trabalho dividido e fragmentado, envolto em questões complexas, das quais vale mencionar as características atinentes ao trabalho contemporâneo como a flexibilização e o teletrabalho.

Em razão da disparidade geográfica entre discentes e docentes, juntamente com a utilização constante das tecnologias digitais, a EaD, ao menos na contemporaneidade, mostra-se propensa ao desenvolvimento das perversidades que subjazem a reestruturação produtiva. Nas instituições públicas, a modalidade, fomentada pelo Sistema UAB, tem-se estruturado sob controvérsias, como a seleção de profissionais bolsistas, sem quaisquer vínculos para com a universidade. Além disso, o trabalho em tempo parcial, na medida em que compreende profissionais atuando em regimes de 20h por semana, acaba exigindo que os trabalhadores recorram a outras atividades remuneradas como forma de complementar sua renda ou mitigar a instabilidade que a docência na EaD imprime ao trabalho.

Ao passo que acumulam duas ou mais funções, para além da EaD, os docentes acabam, por vezes, sobrecarregando-se. No caso dos docentes-autores/conteudistas e dos docentes-formadores/aplicadores, é comum que profissionais vinculados à instituição mantenedora passem a realizar atividades nos cursos a distância concomitantemente à carga horária da educação presencial, que, muitas vezes, permanece inalterada. Já em relação aos docentes-tutores (virtuais e presenciais), visto que não possuem vínculo com a instituição, acabam recorrendo a outras atividades remuneradas diversas. Como resultado, os trabalhadores acabam se sobrecarregando e o trabalho flexível e a distância dilui a linha que separa os tempos de produção e reprodução.

Malgrado as características perversas imbricadas à docência na EaD, nossas investigações indicam que os trabalhadores gostam de atuar na modalidade. Ademais, eles percebem aspectos profícuos, como a possibilidade de lidar com tecnologias no ensino – o que acaba contribuindo também para a educação presencial –, a flexibilidade em poder conciliar a docência com outras atividades como os estudos, a possibilidade de atuar num curso superior – principalmente para professores que antes da EaD atuavam exclusivamente na Educação Básica –, dentre outros elementos positivos percebidos pelos trabalhadores. Por isso, acreditamos que o crescimento da modalidade se apresenta irrefreável e, em face dos benefícios percebidos, torna-se produtora de direcionar a luta por melhores condições trabalhistas.

Nesse sentido, compreendemos que a institucionalização da EaD, no âmbito do Sistema UAB, é, talvez, uma das principais vias para se atingir melhores condições aos

docentes que atuam na modalidade. Enquanto atividades como a tutoria estiverem envoltas em situações precárias, sem vínculo empregatício, em regime parcial, dentre outras tantas perversidades, parece-nos que não será possível mitigar os elementos negativos que permeiam o trabalho docente. Portanto, consideramos que a luta por melhores condições à docência na EaD é urgente e necessária, devendo estar na pauta das discussões sobre o futuro dos cursos a distância em instituições públicas no Brasil.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação e educação a distância na formação de professores. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (Org.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 245-265.

COSTA, Rogério. Educação a distância: um desafio atual. In: MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano (Org.). **Educação a distância: elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo**. São Paulo: EdUFMT, 2013, p. 355-369.

DUARTE, Teresa. A possibilidade de investigação a três: reflexões sobre a triangulação (metodológica). **CIES e-WorkingPaper**, Lisboa, n. 60, p. 1-24, 2009.

FERREIRA, Marcello; MILL, Daniel. Institucionalização da educação a distância no Ensino Superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: REALI, A. M. de M. R.; MILL, D. (Org.). **Educação a distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 81-102.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson de L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5569/1/1792-7441-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, p. 89-94, 1997.

MILL, Daniel. **Docência virtual: uma visão crítica**. Campinas: Papyrus, 2012, 304 p.

MILL, Daniel. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na educação a distância. In: MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R. C.; OLIVEIRA, Marcia R. G. (Orgs.). **Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 25-42.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. Tradução de Robert Galman. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

NEVES, Inajara de S. V. Diálogos sobre EaD e práticas pedagógicas. In: NEVES, Inajara de S. V.; CORRADI, Wagner; CASTRO, Carmem L. F. de (Org.). **EaD**: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes. Barbacena: Eduemg, 2016, p. 15-24.

SANCHO-GIL, Juana M. A aprendizagem, o conhecimento e a relação pedagógica: implicações para o ensino tradicional e a distância. In: MILL, Daniel; REALI, Aline (Org.). **Educação a Distância qualidade e convergências**: sujeitos, conhecimentos, práticas e tecnologias. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 161-175.

SILVA, Lorena H. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, p. 275-278, 1997.